



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO

2/1
10

Processo n.º01/14_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

O Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 17.02.2014, contra o ciclista _____, portador da licença n.º _____, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea c) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, consubstanciada no uso de uma substância proibida ou de um método proibido demonstrada por conclusões resultantes do perfil longitudinal hematológico (registado no denominado Passaporte Biológico).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros do Conselho, tendo-se verificado que o Arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Decisão

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que com exceção da proposta de decisão (ponto IV.), se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: *“Considerando tudo quanto acima se expôs, atentas as circunstâncias do caso concreto, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de*



2
a

suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescido da anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após o dia 01.08.2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e de uma sanção pecuniária no valor de €800 (artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).".

Analisado o relatório final de inquérito e discutida a proposta do Exmo. Senhor Instrutor, os membros do Conselho foram unanimemente da opinião que os factos dados como provados são demasiadamente graves para permitir sustentar uma pena de multa tão ligeira. Consideram que, se quanto à sanção desportiva e à sanção acessória nada pode ser alterado relativamente à proposta (até por inexistir margem legal que permita penas diferentes), a pena de multa sugerida pelo Instrutor fica bastante aquém da que a gravidade dos factos permite estipular (note-se que, nos termos do artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC, a multa deve ser fixada entre os €500 a €5.000). Cabe aqui realçar que o ato praticado pelo Arguido foi premeditado, repetido pelo menos em 2 anos consecutivos, realizado através de meios técnicos sofisticados (não fosse a estratégia do Passaporte Biológico e o Arguido teria passado incólume) e altamente atentatório da verdade e ética desportiva. Por outro lado, a ausência de antecedentes, o arrependimento e a confissão (que só seria completa e capaz de reduzir verdadeiramente as sanções a aplicar ao Arguido se tivesse sido acompanhada de alguma colaboração com as autoridades, o que não se verificou) não são suficientes para permitir sustentar uma pena de multa praticamente pelo mínimo legal. Nestes termos, pelo exposto (e até por referência às multas aplicadas anteriormente por este Conselho em processos disciplinares de natureza semelhante), afigura-se-nos adequado fixar ao Arguido uma pena de multa no valor de €1.300 (mil e trezentos euros).

No demais, nada a referir, porquanto as fundamentações encontram-se claras no Relatório Final do Instrutor, para onde novamente se remete.

**Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar ao ciclista
as seguintes sanções cumulativas:**

- **Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva** (art. 61º nº 1 da Lei nº 38/2012);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 01.08.2012** (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Sanção pecuniária no valor de €1.300,00** (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC), a pagar em 10 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de €130,00 (cento e trinta euros), vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

Nestes termos, não havendo tempo de suspensão preventiva para descontar, o Arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, entre o dia de hoje (09.05.2014) e o dia 08.05.2016 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

De molde a que seja garantido o cumprimento efetivo da sanção ora aplicada, o Arguido deverá proceder à entrega da sua licença desportiva na sede da UVP-FPC (pessoalmente ou via CTT) no prazo máximo de 5 dias. A licença ser-lhe-á devolvida decorrido que esteja o período de suspensão.

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 09 de Maio de 2014

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

(Hugo Dias)
(Vogal)

(José M. Castro)
(Presidente)

(André Martins)
(Vogal)

RELATÓRIO FINAL

I. INTRODUÇÃO E TRÂMITES PROCESSUAIS

O Presidente do Conselho de Disciplina da **UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO** (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), determinou a instauração do presente processo disciplinar contra o ciclista com a **licença nacional n.º**

tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de infração ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

No âmbito do processo disciplinar foi realizado o presente inquérito, durante o qual se efetuaram, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi recolhida toda a prova documental e pericial enviada pela ADoP, relativa ao Passaporte Biológico com o código POR0097 (v. fls. 2 a 606);
2. Foi elaborada nota de culpa (v. fls. 611 a 614);
3. A nota de culpa e um CD com toda a prova referida em 1. foram remetidos ao Arguido, que os recebeu (v. fls. 615 a 621);
4. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 622 a 624).

O Arguido não respondeu por escrito à nota de culpa, não constituiu mandatário, mas prestou declarações perante o Instrutor, no dia e hora designados para o efeito.

Não foram inquiridas testemunhas nem efetuadas outras diligências probatórias, uma vez que não foram requeridas pelo Arguido e oficiosamente também não se julgou necessário fazê-las.

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para a final concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem, especificamente, do uso de uma substância proibida ou de um método proibido demonstrado por conclusões resultantes de perfis longitudinais ou por outras informações analíticas (infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto). A referida infração consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º1 da mesma Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se na '*Documentação de Suporte do Passaporte Biológico*' (v. fls. 6 a 52) e na '*Documentação de Suporte - Relatório Analítico*' de cada uma das 10 (dez) amostras sanguíneas que foram recolhidas ao Arguido entre 15.05.2011 e 25.08.2013 (v. fls. 53 a 606).

Da análise da documentação *supra* mencionada pode constatar-se que, no âmbito da estratégia denominada *Passaporte Biológico*, a ADoP procedeu à recolha e análise das seguintes amostras sanguíneas do Arguido:

- Amostra n.º783610, código FANHOSO, recolhida em 15.05.2011 (v. fls. 53 a 108);
- Amostra n.º795594, código DESENTALAR, recolhida em 14.08.2012 (v. fls. 109 a 167);
- Amostra n.º555213, código ANULAR, recolhida em 10.09.2012 (v. fls. 168 a 225);
- Amostra n.º795555, código MIRACOLOSO, recolhida em 18.10.2012 (v. fls. 226 a 278);
- Amostra n.º555007, código JUSTICEIRO, recolhida em 07.01.2013 (v. fls. 279 a 330);
- Amostra n.º580668, código LENDA, recolhida em 27.03.2013 (v. fls. 331 a 382);
- Amostra n.º805258, código REITERADO, recolhida em 11.06.2013 (v. fls. 383 a 435);
- Amostra n.º805333, código PROTEGIDO, recolhida em 28.07.2013 (v. fls. 436 a 491);
- Amostra n.º805320, código TARTARUGA, recolhida em 05.08.2013 (v. fls. 492 a 552);
- Amostra n.º805223, código FREIO, recolhida em 25.08.2013 (v. fls. 553 a 606).

As amostras recolhidas foram analisadas no Laboratório de Análises de Dopagem (adiante LAD) – o qual é acreditado pela Agência Mundial Antidopagem – tendo os resultados sido descodificados e introduzidos pela ADoP num *software* criado e validado pela Agência Mundial Antidopagem (v. '*The World Anti-Doping Code – Athlete Biological Passport – Operating*

Guidelines'), e que permitiu estabelecer um perfil hematológico do Arguido, assim como valores de referência de normalidade baseados nos próprios resultados deste (v. fls. 10 a 12).

Feita a leitura dos dados que foram sendo inseridos, a referida aplicação informática detetou que o perfil do Arguido apresentava resultados anómalos, motivo pelo qual a Unidade de Gestão do Passaporte Biológico da ADoP enviou toda a documentação, juntamente com o historial competitivo do atleta e a documentação de suporte do laboratório à apreciação de um grupo de peritos independentes, aqui designado Painel de Peritos.

Instado a pronunciar-se sobre aquele perfil, o Painel de Peritos emitiu um Parecer, datado de 27 de Dezembro de 2013 (v. fls. 21 a 31), no qual se pode ler, na tradução para português feita pela ADoP, que:

- *"O perfil apresenta uma sequência de anomalias de 100 % para todas as variáveis e o praticante desportivo tem valores para além dos seus limites individuais calculados (a 99,9% de especificidade) em várias ocasiões para a concentração de hemoglobina (amostra 8, limite inferior), OFFscore (amostras 2, 3, 8 e 9, limites inferior e superior) e reticulócitos% (também amostras 2, 3, 8 e 9, limites inferior e superior).";*
- *"Este perfil é caracterizado por uma variabilidade importante de todos os três parâmetros ABP, com várias conclusões anormais que podem ser sumarizadas como se segue:*
 - 1) *(...) a sequência de dados em 2012/2013 representa muito provavelmente uma estimulação artificial com subsequente aumento da massa de células vermelhas. Uma exposição à altitude como a indicada antes da amostra 2 não desencadeia alterações nos reticulócitos% com a magnitude das que são observadas nos resultados do controlo de dopagem. Para além disso, o facto de os reticulócitos% estarem virtualmente suprimidos na amostra 3 suporta a hipótese de que a massa de células vermelhas foi efetivamente aumentada após a fase de estimulação observada na amostra 2.*
 - 2) *Um cenário de dopagem conciso é também visível nos últimos controlos do perfil, amostras 8, 9 e 10. Nas amostras 8 e 9, o praticante desportivo apresenta uma eritropoiese fortemente estimulada (reticulócitos% elevados), a par de uma baixa concentração de hemoglobina. O índice IRF é também bastante elevado na amostra 8 (20.8%), confirmando uma aceleração extrema da produção de células vermelhas. De acordo com o calendário competitivo, essas amostras foram colhidas durante um estágio de treino em "altitude". Deve notar-se que a altitude em que o praticante desportivo se encontrava era 1500-1600m, o que por padrões científicos não se qualifica como uma altitude que provocasse qualquer alteração hematológica mensurável no sangue periférico. Mesmo se considerada a altitude, a pura magnitude das alterações em reticulócitos% não pode ser explicada apenas pela hipoxia: tipicamente, o aumento em reticulócitos% durante a exposição à altitude varia em torno de 0.1%. Nos presentes resultados, o aumento comparado com o patamar assumido é muito maior (de 1% a*

3.6% de reticulócitos%). (...) Subsequentemente, na amostra 10, a concentração de hemoglobina é marcadamente aumentada quando comparada com as duas amostras anteriores e os reticulócitos% são marcadamente reduzidos, apesar do pequeno intervalo de apenas 20 dias entre as amostras 9 e 10. A combinação dos resultados das amostras 8, 9 e 10 provavelmente reflete o resultado da remoção de sangue e a subsequente recuperação de hemoglobina com estimulação ESA."

- "Considerando a informação contida no Passaporte Biológico do Praticante Desportivo, é altamente improvável que o perfil longitudinal seja o resultado de uma condição fisiológica normal ou patológica. Na nossa opinião unânime, é altamente provável que uma substância Proibida ou Método Proibido tenha sido utilizada e é improvável que seja o resultado de qualquer outra causa." (sublinhado nosso).

Face à unanimidade deste Parecer, a ADoP notificou o Arguido para que viesse apresentar uma explicação para os resultados que permitisse afastar ou pôr em causa as conclusões do Painel de Peritos. E, para o efeito, disponibilizou-lhe, em CD, a Documentação de Suporte do perfil anómalo (do Passaporte Biológico).

O Arguido defendeu-se, por email remetido do endereço _____ e datado de 23 de Janeiro de 2014, nos seguintes termos: "Após cuidada análise do referido documento reafirmo que nada pratiquei de ilícito que justifique os valores por vós apresentados. (...) Relativamente ao exposto, sobre a amostra 2, creio que os resultados se devem aos estágios em altitude que efectuei mesmo antes da colheita de amostra. Outro condicionante que pode ter condicionado os resultados evidenciados prende-se com o facto de ter usado uma tenda de altitude, emprestada por um colega, entre os dois estágios em altitude. Na altura da colheita não referi este facto por não saber preencher os campos do formulário relativos às características da tenda. Ressalvo ainda as irregularidades registadas na temperatura de acondicionamento da amostra 2 que, até prova em contrário, poderão ter condicionado os valores obtidos. As amostras 8, 9 e 10, muito provavelmente, estão influenciadas pelo fenómeno de expansão de volume induzido pelo exercício físico e não por remoção de sangue, que nunca pratiquei. Mas, paralelamente, fui vítima de uma queda no _____ e nova queda na segunda quinzena de Julho de 2013, as duas cursando com considerável perda de sangue. Em feito de conclusão, reafirmo a minha inocência e o não uso de substâncias ou métodos dopantes (...)" (v. fls. 34).

As explicações do Arguido foram submetidas à apreciação do Painel de Peritos que, em 11 de Fevereiro de 2014 efetuou, entre outros, os seguintes comentários:

- "O praticante Desportivo alega que o treino em altitude poderia ser responsável pelos resultados observados na amostra 2. No entanto, e como já foi mencionado pelos peritos no seu relatório anterior, a exposição à altitude, tal como a indicada antes da amostra 2,

não desencadeia alterações nos reticulócitos% da magnitude que é observada no controlo. O mesmo se aplica à tenda de altitude, insuficiente para aumentar os reticulócitos% nessa magnitude. Para além disso, os reticulócitos% são virtualmente suprimidos na amostra 3, o que suporta a hipótese segundo a qual essa massa de células vermelhas foi de facto aumentada após a fase de estimulação observada na amostra 2."

- "As irregularidades registadas na temperatura de armazenamento da amostra 2 são menores, como foi mencionado pela equipa de peritos no seu primeiro relatório. Curtos períodos de tempo não podem desencadear quaisquer alterações significativas nas variáveis utilizadas no passaporte, e mesmo que alguma alteração pudesse ocorrer, o curso natural com períodos de tempo extensos seria uma diminuição dos reticulócitos%, devida à sua maturação.
- O praticante desportivo alegou que "as amostras 8, 9 e 10, muito provavelmente foram influenciadas pelo fenómeno da expansão do volume induzida pelo exercício físico". A expansão do volume leva a uma diminuição da hemoglobina, e desse modo isso poderia ter influenciado os resultados da amostra 8, mas não pode explicar o subsequente aumento da hemoglobina com uma pronunciada diminuição dos reticulócitos%: os reticulócitos são expressam-se como uma percentagem dos eritrócitos e consequentemente não são afetados por quaisquer alterações no volume plasmático.
- O praticante desportivo alegou também que foi vítima de uma queda no
(esta competição não se encontra no calendário competitivo do praticante desportivo) e de uma nova queda na segunda metade de julho de 2013, ambas com considerável perda de sangue. Se a diminuição da hemoglobina (cerca de 15%) foi o resultado desses acidentes, tal não deixaria de ser notado pelo praticante desportivo (o praticante desportivo respondeu "NÃO" à questão específica "O praticante desportivo doou ou perdeu sangue nos últimos 3 meses?"), porque iria corresponder a pelo menos um litro de perda de sangue. Para além disso, o praticante desportivo não interrompeu a sua participação em competição, como seria expectável após uma tão importante perda de sangue. Adicionalmente, deve ser sublinhado que a recuperação de uma perda de sangue não é uma justificação para a dissociação hemoglobina-reticulócitos observada na amostra 10, com um aumento na concentração de hemoglobina e uma diminuição pronunciada nos reticulócitos%, como já foi explicado anteriormente." (v. fls. 39 e 40).

E, posto isto, o Painel concluiu que "Com base na informação disponível nesta fase e na nossa revisão do perfil, a resposta do praticante desportivo não ofereceu qualquer explicação adequada para os seus valores anómalos." (v. fls. 41).

Estando a ADoP na posse de toda esta informação, verificou que não foi concedida nenhuma autorização de utilização terapêutica ao Arguido e que não ocorreu nenhuma violação da Norma Internacional para Controlo e da Norma Internacional para Laboratórios da AMA que pusesse em causa a validade dos resultados verificados, pelo que, sem encontrar uma justificação válida para os resultados desconformes, remeteu o processo à UVP/FPC – nos termos do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto – com a indicação de que fosse aberto processo disciplinar (v. fls. 3 a 5).

Em sede de processo disciplinar, o Arguido foi ouvido, tendo confessado a prática do ato de dopagem de que vinha acusado. Especificamente, disse o seguinte:

- Quanto ao resultado das amostras n.º795594 e n.º555213, declarou que "(...) utilizou uma 'tenda hipóxica', que lhe foi emprestada por um amigo (como já havia referido na resposta que apresentou à ADoP), mas também recorreu à toma de eritropoietina, pelo que, o resultado terá sido determinado pela mistura destes dois fatores. Perguntado de que forma procedeu à toma da substância proibida eritropoietina, respondeu que tomou microdoses, por via injetável, cerca de um mês antes do início da Volta a Portugal, mas já não se recorda quais foram as quantidades, nem quantas administrações fez." (v. ponto 4 de fls. 622 e 623);
- Relativamente aos dados contidos nas amostras n.º805333, n.º805320 e n.º805223, explicou que "(...) como já teve oportunidade de referir na resposta que apresentou à ADoP, em 23.06.2013 e na segunda quinzena de Julho de 2013 sofreu quedas graves, que o levaram a perder algum sangue. Em todo o caso, assume que, para além dessas quedas, também procedeu à remoção de sangue, cerca de 20 dias antes da Volta a Portugal 2013 e que depois injetou novamente no seu organismo, já durante o decurso da Volta a Portugal desse ano. Quanto a ter utilizado novamente eritropoietina nessa fase, afirmou que não o fez. Perguntado como procedeu à remoção do sangue, referiu foi com a ajuda de outra pessoa, que não quer identificar e acrescentou que, a este respeito, não pretendia prestar mais declarações." (v. ponto 5 de fls. 623);
- Confirmou que "(...) lhe foram recolhidas as 10 (dez) amostras de sangue discriminadas na nota de culpa." e que sabia ao que as mesmas se destinavam, "(...) até porque, os médicos do controlo o informavam." (v. pontos 1 e 2 de fls. 622);
- Confirmou também que os 10 (dez) formulários denominados 'Colheita de Sangue - Inquérito ao Praticante Desportivo', da ADoP, constantes dos autos, "(...) foram preenchidos corretamente [isto é, de acordo com as instruções e informações dadas pelo atleta] e que não foi sujeito a qualquer tipo de coação." (v. ponto 3 de fls. 622).

Ainda com relevância para o processo, o Arguido referiu que "(...) as pessoas da sua equipa (colegas e restante staff) não têm nada a ver com os atos de dopagem por si praticados.", ilibando igualmente o médico da equipa, acerca do qual disse nada ter a ver com o sucedido,

porquanto se limita a fazer "(...) os exames para a inscrição na Federação no início da época e acompanha-os nas provas. Fora disto, não tem qualquer ligação com os ciclistas da equipa." (v. pontos 6 e 7 de fls. 623).

E, relativamente à proveniência da substância dopante utilizada, "Perguntado onde adquiriu a eritropoietina, recusou-se a responder. Questionado se foi algum atleta ou membro do pessoal de apoio que lhe forneceu a substância, recusou-se a responder. Perguntado que aspeto tinha o produto, disse que vinha já dentro da seringa, embalado e o invólucro não estava escrito em português, mas também não sabe que idioma era." (v. ponto 4 de fls. 623).

Feita que está a exposição de toda a prova trazida ao processo, temos que o Arguido confessou, de forma espontânea, livre, integralmente e sem reservas, os factos de que vinha acusado. Pelo que, a análise da prova realizada poderá, neste caso, ser mais ligeira do que o habitual.

Importa ressaltar que a confissão do Arguido é séria e honesta, como se demonstra pela facilmente identificável correspondência existente entre os factos confessados e os resultados anómalos detetados pela ADoP. Isto é, os factos confessados pelo Arguido são condizentes com os resultados anómalos detetados.

Efetivamente, a administração de eritropoietina, por via injetável, que o Arguido assume ter efetuado cerca de um mês antes do início da 'Volta a Portugal em Bicicleta' de 2012, é condizente com os resultados revelados nas amostras n.º795594 e n.º555213 (recolhidas em 14.08.2012 e 10.09.2012, respetivamente). De facto, a amostra n.º 795594, recolhida um dia antes do início da 'Volta', apresenta níveis de hemoglobina elevados e reticulócitos% muito elevados (3.55%). E na amostra n.º555213, recolhida 26 (vinte e seis) dias depois, verifica-se um aumento da Fração de Reticulócitos Imaturos (IRF), um indicador de eritropoiese hiperestimulada, até um valor de 19.8%, muito mais elevado do que o da população em geral e do que o patente nas restantes amostras do perfil do Arguido (com exceção da amostra 8). Nas amostras seguintes, recolhidas em período não competitivo, todos estes valores descem para padrões normais, o que demonstra que, efetivamente, o atleta, na preparação do principal evento velocipédico português do ano de 2012, recorreu à estimulação artificial (via eritropoietina), com subsequente aumento da massa de células vermelhas.

Por outro lado, o Arguido assume também que procedeu à remoção de sangue, cerca de 20 dias antes da 'Volta a Portugal em Bicicleta' de 2013 e que depois injetou novamente esse sangue no seu organismo (transusão autóloga ou autotransusão), já durante o decurso do evento desportivo, o que de resto é coincide com os resultados das amostras n.º805333 e n.º805320,

432
P

que apresentam uma eritropoiese fortemente estimulada (reticulócitos% elevados), a par de uma baixa concentração de hemoglobina. Fica aqui também fortemente indiciada a estimulação pelo recurso, novamente, a administração de eritropoietina que, contudo, o Arguido contudo refuta.

Dito isto, são despidiendos mais avanços, porquanto o mero recurso à confissão apresentada permite concluir, com segurança, que o Arguido praticou, de forma livre e voluntária, a infração de que vem acusado.

Importa ainda sublinhar que, dada a sofisticação e complexidade do método de dopagem utilizado, não restam dúvidas de que o Arguido terá sido 'ajudado' por terceiro(s) nos seus intentos. Desde logo, quanto à aquisição da eritropoietina, esse auxílio é facto assente, na medida em que, tratando-se de uma substância que não é de venda livre ao público, mas antes de uso hospitalar exclusivo, é sempre necessária a colaboração de alguém que faça a substância sair do seu circuito regular. Por outro lado, a técnica de remoção e reinfusão de sangue (denominado comumente *doping sanguíneo*), que o Arguido admite ter praticado, dada a sua complexidade, em princípio só poderá ser levada a cabo por mais do que uma pessoa.

Em todo o caso, esta colaboração de terceiros só tem relevância, para efeitos disciplinares, se praticada por algum atleta ou membro do pessoal de apoio. Ora, a este respeito o Arguido apressou-se a salvaguardar as pessoas da sua equipa e, no demais, remeteu-se ao silêncio (que é legítimo). Pelo que, sem nada de concreto ou sequer minimamente sustentável que nos permitisse avançar no sentido de identificar os comparticipantes na prática da infração, não foram desenvolvidas diligências neste sentido.

Vejamos, então, as regras aplicáveis à prova, para a seguir podermos determinar quais os factos que ficam provados.

Estatui o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto que "*O ónus da prova de dopagem, para efeitos disciplinares, recai sobre a ADoP, cabendo-lhe determinar a existência da violação de uma norma antidopagem.*", acrescenta o n.º 2 que "*A prova é considerada bastante para formar a convicção se permitir formular um juízo de probabilidade preponderante, ainda que tal juízo possa ser inferior a uma prova para além de qualquer dúvida razoável.*" e adianta o n.º 4 que "*Os factos relativos às violações das normas antidopagem podem ser provados através de todos os meios admissíveis em juízo, incluindo a confissão.*".

Quanto a nós, a confissão apresentada pelo Arguido, tendo sido apresentada perante o Instrutor, de forma livre e espontânea e sendo absolutamente condizente com os resultados obtidos nas

análises, consubstancia, sem necessidade de outras, prova suficiente para formular o tal juízo de probabilidade preponderante a que se refere o artigo 9.º n.º2 da citada Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Acresce ainda notar que, se necessidade houvesse, sempre poderia ser chamada à colação a vária prova documental e pericial reunida pela ADoP (resultados analíticos das análises das amostras e pareceres do Painel de Peritos), que a nosso ver confere a este processo o substrato probatório necessário para sustentar uma condenação.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. O Arguido é ciclista profissional e está filiado na UVP-FPC, sendo o titular da licença n.º

Estes factos ficam demonstrados pelo documento de fls. 607 e foram depois confirmados pelo Arguido, aquando da sua inquirição (v. fls. 622)

2. Em meados do mês de Julho e 2012, na preparação para a disputa da edição desse ano da 'Volta a Portugal em Bicicleta', o Arguido administrou no seu organismo a substância proibida eritropoietina.

Este facto fica demonstrado pela confissão do Arguido (v. ponto 4 de fls. 622 e 623) e é também suportado pela prova pericial realizada, nomeadamente, o resultado apresentado pelo *software* ABP [o qual determinou uma probabilidade de 100% de anormalidade para todos os três parâmetros medidos ao Arguido (hemoglobina, reticulócitos e *off-score*)] (v. fls. 10) e pelo parecer do Painel de Peritos datado de 27 de Dezembro, nos termos do qual "(...) a sequência de dados em 2012/2013 representa muito provavelmente uma estimulação artificial com subsequente aumento da massa de células vermelhas. Uma exposição à altitude como a indicada antes da amostra 2 não desencadeia alterações nos reticulócitos% com a magnitude das que são observadas nos resultados do controlo de dopagem. Para além disso, o facto de os reticulócitos% estarem virtualmente suprimidos na amostra 3 suporta a hipótese de que a massa de células vermelhas foi efetivamente aumentada após a fase de estimulação observada na amostra 2." (v. fls. 28).

3. Durante o decurso da edição de 2013 da 'Volta a Portugal em Bicicleta' (que teve lugar entre os dias 07 e 18 de Agosto) o Arguido procedeu à reinjeção autóloga de sangue que havia removido do seu organismo cerca de 20 (vinte) dias antes do início do evento.

Este facto fica demonstrado pela confissão do Arguido (v. ponto 5 de fls. 623) e é também suportado pela prova pericial realizada, nomeadamente, o resultado apresentado pelo *software* ABP [o qual determinou uma probabilidade de 100% de anormalidade para todos os três parâmetros medidos ao Arguido (hemoglobina, reticulócitos e off-score)] (v. fls. 10) e pelo parecer do Painel de Peritos datado de 27 de Dezembro, nos termos do qual *"Um cenário de dopagem conciso é também visível nos últimos controlos do perfil, amostras 8, 9 e 10. Nas amostras 8 e 9, o praticante desportivo apresenta uma eritropoiese fortemente estimulada (reticulócitos% elevados), a par de uma baixa concentração de hemoglobina. O índice IRF é também bastante elevado na amostra 8 (20.8%), confirmando uma aceleração extrema da produção de células vermelhas."* (v. fls. 29).

4. E, concomitantemente, o Arguido procedeu novamente à administração de agentes estimulantes da eritropoiese no seu organismo.

Este facto fica demonstrado pela prova pericial realizada, nomeadamente, o resultado apresentado pelo *software* ABP [o qual determinou uma probabilidade de 100% de anormalidade para todos os três parâmetros medidos ao Arguido (hemoglobina, reticulócitos e off-score)] (v. fls. 10) e pelo parecer do Painel de Peritos datado de 27 de Dezembro, nos termos do qual *"Subsequentemente, na amostra 10, a concentração de hemoglobina é marcadamente aumentada quando comparada com as duas amostras anteriores e os reticulócitos% são marcadamente reduzidos, apesar do pequeno intervalo de apenas 20 dias entre as amostras 9 e 10. A combinação dos resultados das amostras 8, 9 e 10 provavelmente reflete o resultado da remoção de sangue e a subsequente recuperação de hemoglobina com estimulação ESA."*

5. De cada vez que foi submetido à recolha de uma amostra sanguínea pela ADoP, para efeitos de fiscalização de atos de dopagem, ao abrigo do programa denominado Passaporte Biológico, o Arguido deu instruções ao médico do controlo que foram corretamente transpostas no preenchimento dos formulários intitulados "Colheita de Sangue – Inquérito ao Praticante Desportivo".

Este facto fica demonstrado pela confissão do Arguido (v. ponto 3, *in fine*, de fls. 622).

6. E, por concordar com o conteúdo das informações transpostas para o referido formulário, o Arguido assinou-o em todas as ocasiões em que lhe foram recolhidas amostras de sangue para efeitos de Passaporte Biológico.

Este facto fica demonstrado pela confissão do Arguido (v. ponto 3, *in fine*, de fls. 622) e por prova documental, nomeadamente, os referidos formulários (v. fls. 43 a 52).

7. Apesar de no referido Formulário constar a menção "*Confirmo que as respostas acima são verdadeiras.*", o Arguido não respondeu com verdade nos formulários referentes às amostras n.º 795594 e n.º 555213, porquanto ocultou a utilização de tenda hipóxica.

Este facto fica demonstrado pela confrontação do depoimento do Arguido (especificamente, no ponto 4 de fls. 622) com o conteúdo dos documentos de fls. 44 e 45, onde se pode verificar que foi respondido 'Não' à pergunta "*O praticante desportivo recorreu a alguma forma de simulação de altitude (ex. tenda hipóxica) durante as duas últimas semanas?*".

8. Apesar de no referido Formulário constar a menção "*Confirmo que as respostas acima são verdadeiras.*", o Arguido não respondeu com verdade nos formulários referentes às amostras n.º 795594, n.º 555213 e n.º 805223, porquanto ocultou que procedeu à remoção de sangue.

Este facto fica demonstrado pela confrontação do depoimento do Arguido (especificamente, no ponto 5 de fls. 623) com o conteúdo dos documentos de fls. 50 a 53, onde se pode verificar que foi respondido 'Não' à pergunta "*O praticante desportivo doou ou perdeu sangue nos últimos 3 meses?*".

9. O Arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida por lei.

Este facto fica provado por confissão do Arguido (v. fls. 622 a 624).

Não ficam provados os seguintes factos:

1. O ato de dopagem praticado pelo Arguido contou com a colaboração/comparticipação de outros atletas ou membros do pessoal de apoio.

iii) DO DIREITO:

Considerando o disposto nos artigos 5.º n.º1 e 9.º da Lei n.º 38/2012, importa agora determinar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Tanto à data dos factos, como nos dias de hoje, a utilização de agentes estimulantes da eritropoiese (entre os quais se encontra a eritropoietina) é proibida no desporto (v. ponto 1 da classe S2 da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, da Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro e da Portaria n.º 9/2014, de 17 de Janeiro).

Igualmente, tanto à data dos factos, como nos dias de hoje, é proibida no desporto a dopagem sanguínea, no que se inclui a administração autóloga, homóloga ou heteróloga de sangue ou de produtos eritrocitários de qualquer origem (v. ponto 1 da classe M1 da Portaria n.º 37/2012, de 9 de Fevereiro, da Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro e da Portaria n.º 9/2014, de 17 de Janeiro).

Pelo exposto, entendemos que fica demonstrado que o Arguido infringiu o disposto no artigo 3.º n.º2 alínea c) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, nos termos do qual "*Constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos (...) O uso de uma substância proibida ou de um método proibido (...) demonstrado por confissão do mesmo (...) conclusões de perfis longitudinais (...)*", o que consubstancia um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º1 do mesmo diploma.

Esta infração é punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 (dois) anos, nos termos do disposto no artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- b. Anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após a violação da norma antidopagem, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- c. Multa de €500 a €5.000, nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

Inexistem causas de exclusão da ilicitude ou da culpa que possam ser aplicáveis ao Arguido no

caso concreto. Igualmente, não é aqui aplicável o disposto no artigo 67.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Os factos provados permitem-nos afixar a existência de dolo direto (v. artigo 14.º do Código Penal). A intenção do Arguido fica patente no facto de as amostras anómalas terem sido recolhidas sempre na mesma altura da época desportiva – junto à '*Volta a Portugal em Bicicleta*' – o que é demonstrativo de que a dopagem se destinava a permitir uma melhor performance no principal evento velocipédico português e no qual as prestações individuais são de sobremaneira avaliadas por equipas e patrocinadores.

Por outro lado, não será despidendo notar que o Arguido apenas foi sujeito a um controlo efetivo nas épocas de 2012 e 2013 (em 2011 foi controlado apenas uma vez) o que não nos permite afixar que esta prática reiterada de dopagem para a '*Volta a Portugal em Bicicleta*' não seja anterior.

Em todo o caso, serve isto para assinalar que o ato de dopagem praticado pelo Arguido não foi resultado de uma prática singular, mas antes, fruto de um plano delineado, premeditado, e tendente à alcançar resultados desportivos numa altura específica da época desportiva.

Acresce que, para além de contínuo, fica igualmente patente que o esquema utilizado é sofisticado (e, por isso, ao alcance de poucos) e certamente permitiu, pelo menos, aumentos significativos na capacidade de transporte do oxigénio, o que, nesta modalidade, consubstancia uma vantagem competitiva decisiva.

De facto, a substância *eritropoietina* trata-se de um agente estimulador contínuo da eritropoiese, que provoca um aumento da produção de glóbulos vermelhos na medula óssea de uma forma intensa e prolongada, potenciando desta forma o rendimento desportivo dos atletas (em modalidades aeróbias, como é o ciclismo, pode produzir melhorias de entre 20% a 30% no rendimento).

Por outro lado, a técnica de remoção e reinfusão de sangue (*doping sanguíneo*), assenta no princípio fisiológico de que após a flebotomia, o organismo do atleta é exposto a uma hipoxia, geradora da produção de novos eritrócitos (eritrocitemia induzida). Após a infusão ou reinfusão sanguínea, obtém-se, em consequência, uma elevada concentração de hemoglobina plasmática e a consequente melhoria da performance desportiva.

Agiu deliberadamente e fê-lo com a consciência clara e inequívoca de que a sua conduta era proibida e punida por lei.

Sabia que estava sujeito a controlos de dopagem constantes, mas nem isso o demoveu de prosseguir na sua conduta ilícita, provavelmente alimentado pela ideia de que o método que utilizava, dada a sua sofisticação, permitia que as manipulações passassem despercebidas às autoridades antidopagem.

Obteve um benefício ilegítimo relativamente aos seus colegas de profissão, falseou resultados, ludibriou os agentes desportivos e o público em geral. Granjeou uma imagem desportiva de algum relevo no panorama velocipédico nacional, mas que agora se vem a perceber não ser totalmente merecida.

Por tudo isto, não podemos deixar de considerar que o dolo imputável ao Arguido é muito grave.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Ora, quanto às exigências gerais de prevenção cabe reforçar, uma vez mais, que o flagelo do *doping* tem de ser veementemente combatido e exemplarmente punido, porquanto o recurso a substâncias proibidas apenas contribui para prejudicar a saúde dos praticantes, falsear a verdade desportiva e manchar a imagem da modalidade. Não é justo, já se disse, permitir que alguns desportistas alcancem por esta via (dopagem) aquilo que devem atingir pelo mérito, esforço e abnegação. Mais ainda, pondo em risco a sua saúde. E manchando inelutavelmente a imagem pública do ciclismo.

Pelo exposto, é nossa opinião que esta conduta deve ser fortemente censurada e alvo de vil repúdio nesta sede, porquanto põe em causa a modalidade, a justiça desportiva, os princípios fundamentais do desporto (inscritos na Lei de Bases do Desporto e no Código da Ética Desportiva) e até a própria saúde do atleta.

No que às exigências especiais de prevenção diz respeito, terá de ser ponderado, por um lado, o arrependimento sincero manifestado pelo Arguido (expresso nas declarações finais prestadas no Auto de fls. 624) mas, por outro, o facto deste ainda estar em idade de poder regressar ao ciclismo após cumprir a pena (não obstante ter manifestado que não pretendia fazê-lo, nas declarações que prestou), pelo que, importa tentar garantir que a condenação reprimirá o

Arguido de reincidir na conduta ilícita.

A favor do Arguido deporão, com especial ênfase, o facto de este ser primário, de ter confessado a infração e de ter demonstrado arrependimento.

Por último, importará considerar ainda a situação sócio-económica do Arguido, que atualmente aufer, segundo disse, um salário de €1.000 (mil euros) ilíquidos, mas que provavelmente deixará de receber, dado o seu mais do que certo despedimento (em resultado da inibição de praticar desporto que vier a ser aplicada neste processo). O Arguido terá de procurar e encontrar novo trabalho e, como tal, é impossível, nesta data, determinar qual será o seu rendimento no futuro. Em todo o caso, sublinhe-se que, segundo disse, vive com os pais, suporta as suas despesas pessoais e ajuda no pagamento de algumas despesas de casa (v. fls. 624).

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, atentas as circunstâncias do caso concreto, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de dois anos (artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto), acrescido da anulação dos resultados obtidos em competições em que tenha participado após o dia 01.08.2012 (artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto) e de uma sanção pecuniária no valor de €800 (artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Cumpra ainda justificar que se considera serem de anular os resultados obtidos em competições em que tenha participado a partir do dia 01.08.2012 uma vez que nesta data é impossível verificar a data exata em que, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, "(...) ocorreram outras violações das normas antidopagem (...)". Fica apenas provado que "*Em meados do mês de Julho e 2012, na preparação para a disputa da edição desse ano da 'Volta a Portugal em Bicicleta', o Arguido administrou no seu organismo a substância proibida eritropoietina.*" (v. ponto 2 dos factos provados). E, como tal, à cautela, a única data a partir da qual garantidamente podemos assegurar que o Arguido já havia praticado a infração é o primeiro dia do mês de Agosto de 2012. Ademais, cabe ainda atender ao escopo da norma: garantir que são retiradas as classificações obtidas sob a influência de substância proibida. Ora, no caso concreto, estamos certos que os resultados que o Arguido obteve a partir de 01.08.2012 foram obtidos dessa forma.

Lisboa, 05 de Maio de 2014

O Instrutor (Tito Crespo),